



O PODER DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO ESCOLAR PARA A CIDADANIA ATIVA

THE POWER OF SCHOOL GEOGRAPHIC KNOWLEDGE FOR ACTIVE CITIZENSHIP

RODRIGUES, Rejane Cristina de Araújo¹

RESUMO

Neste artigo damos continuidade às reflexões quanto ao poder formativo da Geografia (RODRIGUES, 2019 e 2020), buscando avançar no sentido de encontrar respostas a uma questão central: Qual o papel e a importância do conhecimento geográfico para a transformação da realidade socioespacial, considerados os objetivos essenciais de promoção de maior justiça social e territorial no Brasil? Nosso objetivo principal diz respeito à identificação da importância do conhecimento geográfico escolar para a formação de cidadãos críticos, ativos e participativos, tendo como fio condutor a consideração do conhecimento geográfico como um conhecimento poderoso, empoderador. Apresentamos, desse modo, algumas proposições relacionadas ao potencial formativo da geografia escolar e ao poder do conhecimento geográfico, com vistas a dar destaque ao papel da educação geográfica para a formação política dos brasileiros, considerada urgente quando observado os fatos políticos mais recentes no país, em especial após as eleições presidenciais de 2018. Nosso propósito mais geral é o de contribuir para os debates sobre os rumos da ciência geográfica no Brasil atual, dando-se maior visibilidade aos nexos existentes e necessários entre a Geografia Política crítica e a Educação Geográfica que se pretende como integrante de um processo de educação emancipadora. Bem como, de habilitar o cidadão brasileiro a, para além de pensar geograficamente, incorporar o conhecimento geográfico acumulado ao longo de sua formação escolar como um conhecimento que o torne capaz de compreender e de agir politicamente com relação aos problemas que se manifestam no mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento Poderoso; Educação Geográfica, Educação Política; Cidadania Ativa

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3247-859X>. e-mail: rcarodrigues@gmail.com.



ABSTRACT

In this paper we propose some reflections about the formative power of Geography (RODRIGUES, 2019 e 2020), seeking to advance in order to find answers to a central question: What is the role and importance of geographic knowledge for the transformation of the socio-spatial reality, considering the essential objectives of promoting greater social and territorial justice in Brazil? Our main objective is to identify the importance of school geographic knowledge for the formation of critical, active and participatory citizens, with the guiding thread of the consideration of geographic knowledge as a powerful, empowering knowledge. Thus, we present some propositions related to the formative potential of school geography and the power of geographic knowledge, with a view to highlighting the role of geographic education for the political formation of Brazilians, considered urgent when observing the most recent political facts in the country. Our most general purpose is to contribute to the debates on the directions of geographic science in Brazil today, giving greater visibility to the existing and necessary relationships between critical Political Geography and Geographic Education, which is intended as part of an emancipatory education process. As well as, to enable the Brazilian citizen to, in addition to thinking geographically, incorporate the geographical knowledge accumulated throughout his school education as a knowledge that makes him capable of understanding and acting politically in relation to the problems that manifest themselves in the contemporary world.

KEYWORDS: Powerful Knowledge; Geographic Education, Political Education; Active Citizenship

INTRODUÇÃO

Após um período voltado à afirmação da sua identidade, vivido ao longo dos anos 1980, à Geografia brasileira não resta dúvidas da importância do conhecimento geográfico e do seu lugar e especificidade no seio das ciências humanas. Contudo, passadas algumas décadas, certos segmentos parecem ter dificuldades em reconhecer o valor deste conhecimento para o enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea. Talvez por isso, haja baixa demanda por cursos de graduação em Geografia e limitada oferta de postos de trabalho para geógrafos no Brasil. Acreditamos que uma explicação pode ser encontrada naquilo que Herculano Cachinho (2004) denominou de paradoxo da Geografia. Para o autor, a Educação Geográfica é reconhecida pelo seu potencial formativo, mas não é capaz de mobilizá-lo a favor de sua afirmação no contexto escolar e na sociedade em geral. Em uma pesquisa realizada com estudantes do 3º ano do Ensino Médio de escolas do Rio de Janeiro, encontramos algumas pistas sobre tal dessincronia entre o potencial formativo da educação geográfica e sua capacidade efetiva de formar estudantes geograficamente competentes para agir no seu ambiente (RODRIGUES, 2019). Seria este um problema limitado à disciplina de Geografia ou às disciplinas escolares de um modo geral? Ou trata-se de uma crise mais geral da Escola como instituição? Estas não são respostas fáceis de serem encontradas e, por isso, temos dado preferência a olhar mais



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

atentamente para as questões que afetam a Geografia na sua relação com os processos de escolarização e de formação de professores no Brasil. Os desafios colocados a partir de 2020 no contexto de pandemia do COVID-19 deram maior viabilidade a problemas que já, há muito tempo, se apresentam na realidade das escolas brasileiras. Do ponto de vista mais geral são vários estes desafios: localização das escolas, disponibilidade de professores, estratégias para a formação de professores, desvalorização da profissão docente, evasão escolar, defasagem idade série, infraestrutura de apoio à atividade escolar, impactos da mobilidade docente, inadequação dos currículos, violência, dentre outros.

Embora reconheçamos a importância destes problemas, voltamos, em nossas últimas pesquisas, atenção para questão principal: Qual o papel e a importância do conhecimento geográfico para a transformação da realidade socioespacial, considerados os objetivos essenciais de promoção de maior justiça social e territorial? Dito de outra forma, buscamos nos aproximar de debates que tratam da articulação entre o conhecimento escolar e sua utilidade para a vida real. Aquilo que em alguns estudos é analisado do ponto de vista da relevância social da ciência, noutros com relação aos desafios para o letramento científico e, ainda, quanto às contribuições do conhecimento científico para a formação do cidadão.

O POTENCIAL FORMATIVO DA GEOGRAFIA E O PODER DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

A preocupação enunciada guarda enorme importância, sobretudo no contexto atual marcado por tentativas de institucionalização de limites à pesquisa e ao ensino nas Ciências Humanas, aproximando-se daquele discurso de neutralidade que marcou a ciência e que influenciou profundamente a Geografia Escolar durante um período importante da nossa história. E, também, porque entendemos que para alcançarmos os objetivos mais amplos da formação cidadã, indicados como meta essencial em políticas e programas dirigidos à educação no Brasil, precisamos percorrer uma trajetória que dialoga diretamente com os fundamentos da política. Por isso, partimos do pressuposto de que se faz urgente retomar os debates sobre a educação política em suas relações estreitas com a Educação Geográfica. E, neste sentido, tomamos o conceito de política como um conceito limiar na formação do professor de Geografia e o conhecimento produzido pela ciência geográfica como um conhecimento potencialmente poderoso para a formação do cidadão.

Nosso intuito é o de avançar na direção de uma Educação Geográfica que se pretende como integrante de um processo de educação emancipadora e, também, de habilitar o cidadão brasileiro para, além de pensar geograficamente, incorporar o conhecimento geográfico acumulado ao longo de sua formação escolar como um



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

conhecimento que o torne capaz de compreender e de agir politicamente com relação aos problemas que se manifestam no mundo contemporâneo.

Apesar das muitas mudanças pelas quais o ensino escolar da Geografia passou, desde os fins dos anos 1970², há ainda alguns desafios a serem observados no sentido de se estabelecer uma Educação Geográfica que se aproxime dos propósitos enunciados. Defendemos a ideia de que não se pode negar a importância do conhecimento geográfico para a formação do cidadão, apesar de alguns estudos darem destaque à relação entre e seu uso para fins de controle da sociedade por diferentes Estados e grupos no poder. Com relação a este aspecto concordamos com Moreira (2014) que o conhecimento geográfico escolar se apresenta como um saber que se destaca entre os que mais problematizam o mundo em que vivemos, cabendo às instituições de ensino um papel fundamental para a difusão desse conhecimento para a sociedade como um todo. Em contrapartida, decisões e ações implementadas a partir de políticas públicas e programas de governo, a exemplo do chamado Novo Ensino Médio, acabam por afastar a Geografia e a escola, de um modo geral, das possibilidades de uma aprendizagem transformadora.

O potencial formativo ou mais especificamente o poder do conhecimento geográfico é, para nós, o ponto de partida para se pensar possibilidades ampliadas para a Educação Geográfica, consideradas suas contribuições possíveis para a cidadania ativa. No processo de formação de professores uma questão recorrente diz respeito à importância do conhecimento geográfico. Embora, se considere a Geografia como uma ciência de grande relevância, minha experiência ao longo de três décadas na formação de professores em importantes Instituições de Ensino Superior sediadas no Rio de Janeiro me colocou diante de licenciandos em Geografia, futuros professores da escola básica, que costumam questionar seus professores sobre os conteúdos ensinados e não ensinados às crianças e jovens em idade escolar. Seria o conhecimento geográfico essencial à formação do cidadão? Os conteúdos comumente trabalhados pela Geografia Escolar são relevantes para a vida destas crianças e jovens? Por que muitos dos temas discutidos no âmbito acadêmico não frequentam os currículos escolares? Estas questões parecem frequentar a formação de professores há muito tempo e não resta dúvida de que sua preocupação se reveste de grande importância. Se retomarmos à própria história de consolidação da Geografia como um campo particular da ciência, veremos que o uso ideológico do conhecimento geográfico escolar, numa perspectiva marcadamente conservadora, pôs à Geografia escolar (além de outras disciplinas escolares)

² Cabe lembrar que o ensino escolar da Geografia, como demonstrado por Lestegás (2002), teve papel fundamental na formação das identidades nacionais, fato que ocorreu na Alemanha e na França ainda no século XIX e que se estendeu por vários países como o Brasil.



“... a missão de despertar nas crianças e nos jovens o sentido de pertencimento a uma comunidade nacional ligada a condições de espacialidade e territorialidade muito concretas (...) a transmissão de uma determinada interpretação do passado e do presente que facilitou a construção e difusão de uma representação comum do território, da forma como foi ocupado e aproveitado, dos símbolos e crenças que seus habitantes compartilham, com o fim de colaborar para a construção de uma identidade coletiva, uma ‘consciência nacional’ que contribui para a existência da própria nação”. (Lestegás, 2002, p. 180-181)

Dava-se ênfase ao reconhecimento das características físicas, populacionais, econômicas do país e a assimilação de elementos identitários/unitários do Estado nacional, relegando a segundo plano as diferenças internas, as peculiaridades regionais, o projeto político de grupos hegemônicos. Este contexto foi fundamental para a expansão da Geografia como matéria escolar em ritmo mais acelerado do que a própria Geografia acadêmica, com grande demanda por professores e, ao mesmo tempo, pela formação de professores. E, foi precisamente esta demanda que levou a sua institucionalização nas universidades.

“Em definitivo, a Geografia (...) foi uma matéria própria do ensino primário e secundário antes de obter um reconhecimento universitário, sendo as necessidades derivadas do conhecimento escolar as que impulsionaram o desenvolvimento do saber geográfico científico. Portanto, e até época muito recente, era do ensino, de suas necessidades e programas de onde a Geografia recebia praticamente todas as suas demandas universitárias profissionais.” (Lestegás, 2002, p. 182)

Se, neste período que se iniciou em fins do século XX, coube à Geografia Escolar a difusão de um discurso propagandístico, marcadamente ideológico e pretensamente acientífico, a fase que se inicia nos anos 1980 converteu o conhecimento geográfico“... em um assunto desnecessário, supérfluo, decorativo, puramente culturalista e, portanto, perfeitamente prescindível”. (Lestegás, 2002, p.182)

Estes lugares ocupados pela Geografia escolar, somados a um tratamento didático obsoleto (especialmente face ao avanço das tecnologias de comunicação), estão profundamente relacionados a sua desvalorização, estabelecendo-se a necessidade urgente de refletirmos sobre a construção do conhecimento geográfico no âmbito escolar. Seria, então, o conhecimento geográfico difundido no âmbito da formação escolar perigoso, no sentido de se colocar a serviço de ideologias, e, por isso, dispensável para a formação cidadã em sociedades democráticas? Haveria neste conhecimento geográfico um potencial para a formação de cidadãos críticos, ativos e participativos dos processos



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

socioespaciais com vistas à redução das injustiças sociais?

Uma primeira resposta a estas questões deve remeter ao uso ideológico de outras disciplinas, como a História, indicando que não se trata de uma peculiaridade da Geografia, mas das orientações políticas que embasam a produção do conhecimento em determinados períodos. Redimida de sua “culpa”, a Geografia Escolar tem buscado reencontrar seu lugar no campo da construção do conhecimento dando ênfase ao seu potencial formativo. Nos manifestos “*This is Geography*” (Geographical Association, 2000) e “*This is geography... in school and beyond*” (Geographical Association, 2003), a Associação Britânica de Professores de Geografia, deu destaque a “oportunidades” que se apresentam a partir da disciplina, como a de realizar investigações durante trabalhos de campo, de compreender fenômenos em suas articulações nas escalas local e global e de formar jovens para o exercício pleno da cidadania, dentre outras.

Tal potencial poderia, de acordo com Lestegás, ser mobilizado com recurso às aprendizagens significativas.

“... é preciso recuperar o valor instrutivo e formativo deste conhecimento mediante abordagens rigorosas e científicas que possibilitem aprendizagens significativas, úteis e funcionais em relação com o desenvolvimento intelectual e cívico de cidadãos críticos e comprometidos com a defesa ativa dos valores democráticos.” (Hernández, 2002, apud Lestegás, 2002, p. 182)

Embora reconheçamos a importância destas contribuições, buscamos na teoria do conhecimento poderosas referências que nos ajudem a avançar neste debate, possibilitando o resgate do valor das ideias geográficas, ou melhor, a importância do raciocínio geográfico para alcançar um objetivo maior, qual seja de ancorar a Geografia Escolar na perspectiva das aprendizagens transformadoras. O conhecimento poderoso é definido por Michael Young (2008) como aquele conhecimento ao qual os estudantes não conseguem acessar nos seus espaços cotidianos e que encerra a capacidade de os transportar para além das suas vivências já que fornece explicações mais confiáveis, novas formas de pensar sobre o mundo e os possibilita maior engajamento político.

Neste sentido, uma primeira questão a se pensar sobre a construção do conhecimento geográfico escolar diz respeito à especificidade deste conhecimento. Muitas vezes, associado à ideia de transposição didática, como proposto por Yves Chevallard (1985), o saber escolar é apresentado como uma construção que derivada do saber acadêmico, numa posição subalterna/dependente a este. Não é nosso objetivo negar a importância da teoria desenvolvida por este autor, já que nela dá-se destaque à relação entre o saber escolar e a ciência referente. Contudo, tomamos como pressuposto a natureza específica do conhecimento escolar, construído com referência ao conhecimento



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

científico e às informações de outras fontes (imprensa, anuários etc), associado a uma cultura escolar particular. O conhecimento escolar, transforma profundamente o saber científico de referência até convertê-lo em um saber específico, uma criação original da escola, com finalidades que lhe são próprias, através do qual se transmite uma determinada representação de mundo, cabendo a cada disciplina escolar fornecer um conteúdo específico (Chervel, 1988).

O conhecimento revela-se, assim, como um conhecimento poderoso e que pode, se relacionado a várias correntes e objetos de análise, prover muitos caminhos para se refletir sobre os problemas do real (CACHINHO, 2019). Young (2008) defende que as escolas devem trazer de volta o conhecimento, recolocando-o no coração do processo de formação da criança e do jovem. Para o autor, o "conhecimento poderoso" (*powerful knowledge*) está relacionado a questões atuais e futuras, podendo prover poderosos modos de pensamento sobre elas.

No que se refere ao lugar particular reservado ao conhecimento produzido pela ciência geográfica, consideramos que mudanças no processo ensino-aprendizagem articuladas à reestruturação curricular tanto no âmbito da escola básica quanto no campo da formação de professores pode, se relacionado a várias correntes e objetos de análise, prover muitos caminhos para se refletir sobre os problemas do real. Capacitar os estudantes a "pensar geograficamente" e a "agir politicamente" é importante, especialmente se podemos identificar e justificar como este pensamento é poderoso em ajudá-los a compreender o mundo de diferentes formas, particularmente porque o poder das grandes ideias da Geografia pode transformar o modo como os jovens percebem o mundo (Roberts, 2014). Especificamente quanto ao conhecimento geográfico, de acordo com Brooks, Brut e Fargher (2017), para que este seja "poderoso" deve-se considerar: a natureza da política e da prática educacional; as condições da Geografia como campo disciplinar; os debates sobre o conhecimento disciplinar.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA PARA A EDUCAÇÃO POLÍTICA

O contexto recente envolvendo a (des)ordem política brasileira, 2019-2022, nos remete ao proposto por Arendt (2002) quando afirma que para se falar de política é preciso começar pelos preconceitos que todos nós, a exceção dos políticos profissionais, temos contra a política. Por isso, defende a autora, a política tem de lidar sempre e em toda parte com esclarecimento e com a dispersão de preconceitos.

Defendemos, portanto, que à escola e, em particular, a educação geográfica tem um importante papel a cumprir neste campo. Um primeiro e importante desafio diz respeito ao reconhecimento do lugar e papel do cidadão na sociedade. Os cidadãos, de



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

acordo com a teoria constitucional moderna, são os indivíduos, livres e iguais perante a lei, portadores de direitos e deveres estabelecidos pelos mecanismos institucionais do Estado. Contudo, no Brasil e noutros países do mundo, em face da dificuldade de se definir quem são os iguais e quem estabelece as leis, os direitos são vistos como concessões, frente ao Estado, expressando-se a cidadania de modo parcial, desequilibrado e excludente. Deve-se, portanto, como um primeiro movimento, distinguir a cidadania passiva (outorgada pelo Estado) da cidadania ativa, entendida como aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas também e essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (Benevides, 1994).

A cidadania ativa define-se pelas possibilidades de representação política e de participação popular direta - a exemplo de mecanismos institucionais como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular introduzidos a partir da Constituição brasileira de 1988 (Benevides, 1994). A cidadania ativa pressupõe a democracia, definida, ainda, pela possibilidade de criação de espaços sociais de luta, de expressão política e de exercício do poder público (Chauí, 1984).

“... entender a participação popular como uma "escola de cidadania" implica rejeitar aquela argumentação contrária que exagera as condições de apatia e despreparo absoluto do eleitorado, assim considerado incapaz, submisso e "ineducável". O que importa, essencialmente, é que se possa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação — com pluralismo e com liberdade.” (Benevides, 1994, p. 3)

Desse modo, concordando que a escola, de um modo ou de outro, institui a cidadania (ARROYO, BUFFA e NOSELLA, 2010) e considerados os objetivos de mobilização social, nós professores de Geografia, atuando na escola básica e/ou na formação de professores, devemos buscar a construção de propostas didáticas que permitam aos diferentes sujeitos sociais compreender e desenvolver a competência de intervir na sua realidade para sua compreensão e transformação. Propostas que nos ajudem a estabelecer nexos entre a educação política, “entendida como educação para cidadania ativa” (Benevides, 1994), e a educação geográfica de modo a contribuir para a ressignificação do conhecimento geográfico escolar e para a promoção de aprendizagens transformadoras.

Referenciamos nossas reflexões em três proposições enunciadas quanto às contribuições da educação geográfica para a formação cidadã (RODRIGUES, 2020). Uma primeira diz respeito à necessidade de incorporação dos princípios do pensamento integral e da teoria da complexidade como ponto de partida fundamental para a (re)formulação das bases da Educação Geográfica no Brasil. O conhecimento deve ser concebido como resultado de uma interpretação do real, não como o real em si mesmo, mais ou menos



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

valorados conforme as influências culturais, religiosas etc. Pela via do pensamento integral compreendem-se as relações sociais em sua complexidade e diversidade (MORIN, 2001; 2010). Uma segunda proposição diz respeito à consideração do conhecimento poderoso como referência teórica para se pensar a Educação Geográfica em sua relação com a formação do jovem como cidadão crítico, ativo e participativo. Tal princípio se associa à persistência na educação escolar de metodologias de ensino descritivas, superficiais, excessivamente especializadas e desarticuladas da realidade e do cotidiano dos alunos (CASTELLAR, 2011). A ênfase, segundo Cachinho (2004) deve ser deslocada para o estímulo à investigação, à promoção do espírito crítico e à autonomização discente, tornando os alunos atores e autores das suas próprias aprendizagens e transformando os espaços escolares de espaços em lugares de aprendizagem.

“Se queremos motivar os alunos para a aprendizagem da Geografia, fazer com que estes encontrem sentido naquilo que lhe pretendemos ensinar, e por essa via mobilizar o potencial da ciência geográfica na formação de cidadãos geograficamente competentes, precisamos de nos esforçar para que as aulas criem asas e não gaiolas.” (ALVES, 2004, apud CACHINHO, 2004, p. 10)

Não há dúvidas de que a escola, de um modo ou de outro, institui a cidadania, como demonstrado por Miguel Arroyo (2010). Os cidadãos, de acordo com a teoria constitucional moderna, são os indivíduos, livres e iguais perante a lei, portadores de direitos e deveres estabelecidos pelos mecanismos institucionais do Estado. Em face de dificuldade de se definir quem são os iguais e quem estabelece as leis, no Brasil e noutros países do mundo, os direitos são vistos como concessões, frente ao Estado, expressando-se a cidadania de modo parcial, desequilibrado e excludente (BENEVIDES, 1994). A cidadania, como apresentado por Chauí (1984), pressupõe a democracia, definida pela possibilidade de criação de espaços sociais de luta, de expressão política e de exercício do poder público. Nestas condições pode-se distinguir a cidadania passiva (outorgada pelo Estado) da cidadania ativa, conforme indicado anteriormente (BENEVIDES, 1994).

“Viabilizar uma maior participação da comunidade escolar na construção da cidadania ativa deveria ser uma das principais metas da educação comprometida com a democracia. Mas, para isso, as práticas na escola devem contemplar uma formação humanística, que conceba mais amplamente as dimensões tempo/espaço da aprendizagem, através das quais educadores e educandos possam estabelecer uma relação mais dinâmica com o entorno social e com as questões mais prementes da sociedade contemporânea, nos seus lugares e em outros.” (SILVA, RODRIGUES et alii, 2014, p. 52)



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

Na perspectiva da Educação Geográfica, em que se objetiva uma mobilização social, falamos do local em que sujeitos de diferentes níveis de letramento compreendem e desenvolvem a competência de intervir na sua realidade para sua compreensão e transformação. Esta aproximação informa que através educação política, “entendida como educação para cidadania ativa” (BENEVIDES, 1994), estabelecem-se os vínculos entre a cidadania ativa e a Educação Geográfica. Pela via da educação política reconhecem-se os jovens educandos como sujeitos políticos entre uma pluralidade de agentes políticos.

“... entender a participação popular como uma "escola de cidadania" implica rejeitar aquela argumentação contrária que exagera as condições de apatia e despreparo absoluto do eleitorado, assim considerado incapaz, submisso e "ineducável". O que importa, essencialmente, é que se possa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação — com pluralismo e com liberdade.” (BENEVIDES, 1994, p. 14)

Pela aprendizagem significativa amplia-se o interesse por questões que afetam a sociedade em geral, contudo não habilitam o sujeito à compreensão do real e à apreensão dos mecanismos para sua transformação.

Tais expectativas não podem ser apresentadas sem que se faça, contudo, referência a uma terceira proposição: as mudanças esperadas com relação à valorização da Geografia como campo disciplinar e profissional depende da formulação e implementação de programas e políticas voltadas à transformação e valorização do trabalho docente. Para além das políticas adotadas no campo da formação de professores - Lei 9.394/ 96, Lei de Diretrizes e Bases, as Resoluções, Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 – há de se observar outras questões que afetam a profissão docente, deslocando o debate acadêmico sobre a formação de professores “de uma perspectiva excessivamente centrada nas dimensões acadêmicas (áreas, currículos, disciplinas, etc.) para uma perspectiva centrada no terreno profissional”. (NÓVOA, 1992, p. 13) Segundo o autor, os esforços devem se voltar para a formação de uma identidade profissional, construída a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva que favoreça um pensamento autônomo e a autoformação participada, considerando-se três dimensões, distintas, mas interdependentes: o desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento organizacional. Qualquer que seja o sentido da renovação da Educação Geográfica, deve considerar o papel do professor para a transformação do espaço escolar, o que deixa à formação de professores uma função central.

A relevância destas considerações se assenta na possibilidade de colaborarmos para o repensar da educação geográfica no Brasil, consideradas as possibilidades de consolidação do poder formativo da Geografia e da amplificação do alcance da educação geográfica com fins à promoção de uma urgente e necessária educação política do jovem



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

cidadão em nosso país. Para tal, consideramos a escola em sua conexão com a formação de cidadãos, o professor na perspectiva da autonomia docente e o jovem em formação em seu papel como agente de produção e transformação da realidade socioespacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, dados os desafios amplamente reconhecidos no campo da educação escolar em geral e da Educação Geográfica no Brasil, as reflexões aqui apresentadas podem oferecer importantes contribuições para a consolidação e valorização do conhecimento geográfico como potencialmente relevante para a formação de cidadãos críticos, ativos e participativos dos processos de transformação socioespacial numa perspectiva de maior justiça social e territorial. É neste sentido, que entendemos e defendemos o potencial do conhecimento geográfico como um conhecimento poderoso/empoderador, pensadas as suas articulações com estratégias de aprendizagem transformadoras, a ser valorizado pela sociedade brasileira em geral e incorporado, efetivamente, como um conhecimento essencial à solução dos mais urgentes problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais etc.

O proposto neste artigo é objeto de pesquisa em andamento a qual se concentra, em sua etapa atual, na análise do conceito de política considerado como um conceito liminar para a construção do conhecimento geográfico em suas articulações com os propósitos mais gerais de uma educação política.

O debate aqui proposto se justifica pelos desafios colocados à ciência geográfica, à formação de professores e à Geografia Escolar, a partir de reformas educacionais adotadas recentemente no país, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular. A estes somam-se a distância crescente entre a realidade vivida pelo aluno no Brasil e as condições operacionais das escolas públicas e de muitas escolas da rede privada que, com raras exceções, conservam características da escola do século passado. Além disso, tais considerações impõe um esforço concreto no sentido da articulação academia-escola com impactos na definição das estruturas curriculares de cursos de formação de professores e da Geografia Escolar no Brasil.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. (2002) O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 3ª.ed.
- ARROYO, M., BUFFA, E. e NOSELLA, P. (2010) Educar para a Cidadania, quem educa o cidadão? São Paulo: Martins Fontes. 14ª.ed.
- BENEVIDES. M. V. (1994) Cidadania e democracia. São Paulo:Lua Nova.
- BROOKS, C., BRUTT, G. e FARGHER, M. (edit) (2017) The Power of Geographical Thinking. Springer/IGU: London.
- CACHINHO, H. (2004) Criar Asas: do sentido da Geografia escolar na pós modernidade. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa. Portugal:Territórios e Protagonistas. Guimarães.
- CACHINHO, H. (2019) Desafios da Formação em Geografia e na Educação Geográfica, Conhecimento Poderoso e Conceitos Liminares. Revista Educação Geográfica em Foco. PUC-Rio. V.3, nº6.
- CASTELLAR, S. (2011) A superação dos limites para uma educação geográfica significativa: um estudo sobre a e na cidade. Revista Geográfica de América Central, Número Especial, Costa Rica:EGAL.
- CHAUÍ, M. (1984) Cultura e democracia. São Paulo, Editora Moderna.
- CHERVEL, A. (1988) L'histoire des disciplines scolaires: réflexions sur un domaine du recherche. Histoire de l'Éducation, nº38, pp.59-119.
- CHEVALLARD, Y. (1985) La transposition didactique. Du savoir savant au savoir ensei-gné. Grenoble, La Pensée Sauvage. ed. 1991.
- Geographical Association (2000) This is Geography, Sheffield. <http://www.geography.org.uk>
- Geographical Association (2003). This is Geography in school and beyond, Sheffield. <http://www.geography.org.uk>
- LESTEGÁS, F. R. (2002) Concebir la Geografía Escolar desde una Perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. Boletín de La AGE, nº33.
- MOREIRA, Ruy. (2014) O Discurso do Averso: para a crítica da Geografia que se ensina. Editora Contexto.
- MORIN, E. (2010) Ciência com Consciência. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2010, 14ª.ed.
- MORIN, E. (2001) Sete Saberes necessários para a Educação do Futuro. São Paulo:Cortez. 7.ed.
- NÓVOA, A. (1992) Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Don Quixote. p. 13-33.
- ROBERTS, M. (2014) Powerful Knowledge and geographical education. The Curriculum Journal, 25(2): 187-209.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.66121

RODRIGUES, R.C.A. (2020) Formação Cidadã e Educação Política: princípios para uma educação geográfica contemporânea. Revista Espaço e Geografia. UNB. v.22, n.3.

RODRIGUES, R.C.A. (2019) O Poder do Conhecimento Geográfico: para superar o paradoxo da ciência. Anais do 14 Encontro Nacional de Ensino de Geografia. Campinas. p.4515-4529.

SILVA, A.C.P., RODRIGUES, R.C.A., ANDRADE, M.A.A. e VILLELA, T. (2014) Educação Geográfica em Foco: temas e metodologias para o ensino básico. LAMPARINA:Rio de Janeiro.

YOUNG, M. (2008) From constructivism to realism in the sociology of education. Review of Research in Education, 32:1–28.

Recebido em 21 de março de 2022

Aceito em 20 de setembro de 2022



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença *Creative Commons* - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.